



O fenômeno de massa evangélica a partir do contexto neoliberal

Gabriel da Silva Santos (USP - gabrielssantos@usp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-1494-0242>

Resumo

O estudo sobre a massa é um tema muito pertinente para inúmeras áreas do saber, inclusive para a psicologia social e o campo psicanalítico. Todavia, pensar esse fenômeno correlacionado com o contexto religioso é imprescindível para ajudar a refletir sobre as diversas questões do contemporâneo. Sendo assim, este breve artigo tem como proposta ponderar como esse conceito de massa foi trabalhado por Le Bon, Freud e avançar com as contribuições de Adorno, tendo como objeto de análise o discurso religioso neoliberal. Acredita-se que com essas contribuições será possível levantar alguns questionamentos sobre a massa evangélica, principalmente a religiosidade brasileira.

Palavras-Chaves: Psicanálise, Massa, Neoliberalismo, Igrejas evangélicas.

The evangelical mass phenomenon in the neoliberal context

Abstract

The study of mass is a very pertinent topic for many areas of knowledge, including social psychology and the psychoanalytic field. However, thinking about this phenomenon in relation to the religious context is essential in order to help us reflect on the various contemporary issues. Therefore, this brief article aims to consider how this concept of mass was worked on by Le Bon, Freud and Adorno, using neoliberal religious discourse as an object of analysis. It is believed that with these contributions it will be possible to raise some questions about the evangelical mass, especially Brazilian religiosity.

Keywords: Psychoanalysis, Mass, Neoliberalism, Evangelical churches.

El fenómeno evangélico de masas en el contexto neoliberal

Resumen

El estudio de la masa es un tema muy pertinente para muchas áreas del conocimiento, entre ellas la psicología social y el campo psicoanalítico. Sin embargo, pensar este fenómeno en relación con el contexto religioso es esencial para ayudar a reflexionar sobre las diversas cuestiones del mundo contemporáneo. Como tal, este breve artículo tiene como objetivo considerar cómo este concepto de masa fue trabajado por Le Bon, Freud y Adorno, utilizando el discurso religioso neoliberal como objeto de análisis. Se cree que con estas contribuciones será posible plantear algunas cuestiones sobre la masa evangélica, especialmente la religiosidad brasileña.

Palabras clave: Psicoanálisis, Masa, Neoliberalismo, Iglesias evangélicas.



Introdução

No decorrer da história, o fenômeno de massa foi estudado por diversos pensadores e a quantidade de produções são gigantescas, todavia, é um tema que até hoje não se esgotou, pois a sua complexidade e as urgências mais recentes demandam novas reflexões. Atualmente, no Brasil, a massa ganha nitidamente novos contornos, se configura de maneiras distintas daquelas estudadas por teóricos tradicionais e requerem atualizações conceituais.

A massa é plural e sua complexidade exige recortes epistemológicos importantes. Cada sujeito é composto por vários grupos e laços sociais, e dentre as inúmeras massas existentes há um conglomerado de sujeitos que ganharam notoriedade nos últimos anos, a saber, o povo evangélico brasileiro. Esse será o primeiro recorte deste trabalho. Além disso, há inúmeras maneiras de abordar o tema. Sociólogos, psicólogos sociais, historiadores, filósofos, teólogos e outros se ocuparam da mesma temática, mas a proposta aqui é um olhar psicanalítico e político. Freud, em seus trabalhos, se ocupou de temas sociais, entre eles a religião. Entre os diversos textos sociais de Freud, há *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) que sintetiza esse olhar da massa perpassando por um breve recorte da igreja, mais precisamente da religião cristã. Outro delineamento importante para dar mais precisão para nosso objeto de estudo diz respeito à religião. Qual configuração será aqui trabalhada? A religião carrega uma amplitude que seria impossível tratar toda sua complexidade em poucas páginas, portanto, o foco será um ramo da religião, a cristã evangélica e, ainda mais precisamente, a de origem pentecostal e neopentecostal.

Feito essa delimitação de objeto de análise, resta definir a problemática norteadora. A pergunta é: a religião evangélica brasileira ainda pode ser lida na mesma chave de pesquisas tradicionais sobre a massa? Caso a resposta seja não, quais as atualizações possíveis e necessárias?

Para cumprir esse projeto, este artigo buscará inicialmente uma retomada da leitura de massa realizada por Le Bon e Freud principalmente. Depois, passará por outros teóricos que se ocuparam do tema, como o caso de Theodor W. Adorno, que trabalhou a massa e a propaganda fascista, e os contrapontos feitos por Lukács em 1983 sobre os conceitos de massas empregados por Le Bon e Freud. A partir das



críticas desenvolvidas por Lukács, uma saída será pensar o movimento de massa evangélico a partir do contexto econômico-político atual, o neoliberalismo à brasileira.

Uma pergunta importante a ser respondida é: por que psicologia das massas? Freud no início de sua obra *Psicologia das Massas e análise do Eu* (1921/2011) também começa com esse questionamento. Como afirmado pelo autor, a psicologia individual é também uma psicologia social, visto que não é possível conceber um sujeito desenlaçado completamente do outro. A própria concepção de sujeito pertencente e sendo determinado por laços sociais diz respeito à psicanálise freudiana. Na massa, há manifestações de instintos que são especiais e não estão presentes em outras situações cotidianas. Portanto, no fundo, ao se abordar massa está em jogo os sujeitos e suas formações psíquicas.

Le Bon e Freud

A opção de começar por Le Bon se dá por motivos muito claros. Após o lançamento da sua obra, um livro simples e sintético, todos estudos posteriores a 1895 citam esse trabalho. Logo nas primeiras páginas do seu livro, Le Bon deixa transparente a sua motivação na pesquisa, a saber, sua época estava marcada pela era das multidões. A França, por exemplo, foi sublinhada por diversos fenômenos coletivos, um dos mais importantes, a Comuna de Paris, movimento popular ocorrido em 1871.

Le Bon, assim como outros psicólogos coletivos desconfiando das políticas existentes na Europa de 1980-1914, principalmente na França, analisou o cenário da época e buscou apontar algumas falhas relevantes para o processo democrático. No entanto, a maioria desses teóricos estavam com um olhar enviesado, tendo como pano de fundo um modelo “desenvolvimentista-adaptativo” apoiado em autores como Auguste Comte e Herbert Spencer. Alguns estudiosos, por exemplo, descreviam a multidão como uma regressão evolutiva à mentalidade ancestral do organismo social (Nye, 1975).

Essa influência spenceriana fez com que Le Bon compreendesse a multidão a partir de uma perspectiva evolucionista. Para ele, a multidão possui uma unidade mental retrógrada de sentimentos malignos e resíduos de homem primitivo. São seres autômatos que se recusam a serem guiados pela razão. O termo razão é



indispensável, porque para Le Bon, a massa vive o oposto, operando sob uma “alucinação coletiva”. Como lembra Nye (1975), a multidão de Le Bon pensa através de imagens, mas sem a capacidade de distinguir imagem real (aquela percebida), de uma imagem irreal (a interna), reduzindo tudo a alucinação. E essa ilusão utiliza-se da imitação ou contágio mental para se universalizar. A origem do conceito “contágio mental” provém do psicólogo clínico Despine que empregou saberes patológicos para explicar a propagação de sintomas de doença mental de um indivíduo doente para um indivíduo saudável. No entanto, mesmo com o uso indiscriminado feito por diversos autores, a imitação teve origens distintas da aplicação patológica do contágio mental (Nye, 1975).

Segundo Daniel Essertier, os pesquisadores, por não distinguirem a origem dos dois termos, com o tempo passaram a utilizá-los quase como sinônimos. Nessa esteira Le Bon, em seu trabalho sobre multidão, também não distinguiu com clareza esses termos, inclusive a sugestão. Algo próximo pode ser entendido assim: a imitação como fenômeno geral do contágio e o contágio efeito da sugestão. Ao consultar as produções da época percebe-se que a maioria dos psicólogos utilizava terminologia hipnótica em suas descrições dos fenômenos do comportamento coletivo. E assim como Le Bon, muitos outros escritores eram influenciados pela hipótese de transmissão de doença mental (Ney, 1975).

Freud (1921/2011), ao investigar como se organiza a massa, começa resgatando a obra de Le Bon *Psicologia das Multidões* (1895/2018) e sua ideia de alma coletiva. Na multidão, o indivíduo perde suas particularidades, o homogêneo suprime o heterogêneo e surgem novas características a partir dessa formação de grupo. De acordo com Le Bon, a causa dessas novas características são: o sentimento de invencibilidade e liberação de impulsos antes reprimidos, o contágio mental e a sugestionabilidade. Mesmo essas duas últimas não estando claras em Le Bon, Freud afirma que o contágio é também uma manifestação da sugestionabilidade que uns exercem sobre os outros, mas a fonte de sugestão da massa vem de outra fonte. Essa outra fonte diz respeito ao hipnotizador da massa, no caso o líder da massa, figura pouco desenvolvida por Le Bon (Freud 1921/2011).



Freud, ao criticar a atenção fraca que Le Bon deu à figura do líder, vai desenvolvê-la melhor a partir de dois exemplos de massa: a igreja e o exército. Estas são descritas como muito organizadas e são consideradas artificiais, pois é necessário coação externa para evitar ou promover mudanças, permitir entrada e saída de integrantes e, dependendo da ação, há punições severas. Essas massas têm a característica de seus membros estarem ligados libidinalmente entre si e ao líder. Em relação a primeira característica, o laço afetivo entre os indivíduos da massa garante amenização de angústia e medo e o afrouxamento pode inclusive gerar pânico, desintegrar a massa e outorgar atos cruéis e intolerância. Freud para ampliar a análise desses laços entre os indivíduos da massa, resgata o trabalho de Trotter e seu conceito de instinto gregário. Essa noção permite compreender como um rebanho pode impor forças repressoras e dependência entre os membros, pois o indivíduo, a fim de evitar separar-se do grupo e se sentir só, prefere não contradizer o rebanho. Ou seja, viver em massa requer renúncia de si e dependência de laços afetivos.

O líder, para Freud, é a principal figura responsável pela ausência de liberdade do indivíduo na massa. Freud (1921/2011) teoriza sobre a hipnose e resgata seu trabalho sobre a horda primeva. Segundo o pai da psicanálise, a única diferença entre a massa e a hipnose é o número de participante. Assim como o hipnotizador, o líder da massa ocupa o lugar de ideal do eu, retira a autonomia do sujeito e cria uma relação de dependência. O hipnotizador diz possuir um poder misterioso e diante dessa personalidade potente resta apenas a posição passiva por parte da cobaia. E assim como na horda primeva, a figura do líder da massa se relaciona com o pai primordial por ter o papel de dominador, ocupar o lugar do ideal do Eu, impor restrições e ter suas vontades realizadas desimpedidamente. Como o pai primordial, o líder pode ser temido e venerado.

Para ocupar o lugar do ideal do Eu é necessário que o líder apresente os atributos típicos dos indivíduos, demonstrar ser forte e gozar de uma liberdade libidinal. Sabemos que essa posição do ideal do Eu representa repressão para o sujeito. Quando o ideal do Eu coincide com o Eu ocorre satisfação e quando há tensão ocorre a culpa e pode gerar sofrimentos psíquicos. A substituição do ideal do Eu por um objeto é clara nas massas do exército e da igreja. O soldado tem o seu superior



como ideal do eu e se identifica com seus iguais, por consequência adquire obrigações e auxílios múltiplos. No caso da igreja, o cristão tem Cristo como ideal e se liga por identificação com os demais membros daquela comunidade. Ademais, o líder da massa evangélica ao se colocar como mediador, pode ser também objeto de identificação.

Em *Psicologia das massas e análise do Eu*, fica evidente que a principal tese freudiana é que as ligações libidinais caracterizam a massa. Essas ligações não são de fins sexuais, são desviadas de suas metas originais, e uma das ligações afetivas mais antiga é a identificação. A criança na sua infância é marcada por estabelecer uma relação de identificação com os pais ou cuidadores, e dependendo da figura poderá ser uma relação de ternura ou de hostilidade. Antes mesmo do complexo de Édipo, ainda na sua pré-história, o garoto tem um interesse especial pelo pai, gostaria de crescer e ser igual a ele, tomando o pai como seu ideal. No entanto, no complexo de Édipo, o filho pode dispor de uma relação hostil com o pai por considerá-lo um obstáculo ao investimento objetual direcionado à mãe. Além desses típicos exemplos de identificação, Freud em seu livro desenvolve outros tipos de identificação que não são importantes para o propósito deste artigo. A relevância aqui recai no conceito geral de identificação — ligação afetiva a um objeto escolhido — e sua importância para pensar o conceito de massa.

Adorno e a aplicação do método freudiano

Adorno (2015), alguns anos depois, em seu texto *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista* aplica a teoria freudiana para análise da estrutura dos discursos fascistas de seu tempo. Ele se propõe a pesquisar sobre um sistema psicológico abrangente dos “agitadores fascistas”. Adorno resgata as contribuições de Freud por reconhecer a importância das teorias desenvolvidas pelo pai da psicanálise. E mesmo que Freud não tenha se preocupado diretamente com questões políticas e socioeconômicas, ele percebeu o declínio do sujeito, suas crises profundas e suas disposições para ceder a instâncias coletivas externas, antecipando inclusive fenômenos de massa fascista.



Como ressalta Adorno (2015), Freud ao investigar o que une os indivíduos, constatou que na massa há uma natureza libidinal, um vínculo afetivo entre a massa e direcionada ao líder. No entanto, as propagandas fascistas recusam completamente esse vínculo amoroso e qualquer energia libidinal deve ser mantida no nível do inconsciente a fim de atingir os fins políticos, transformando o amor recalcado em obediência. Não há espaço para o amor, pois os líderes fascistas preferem ideias autoritárias, disciplinas e obediências.

Assim como em Freud, nesse texto de Adorno é central a figura do líder e toda sua construção discursiva. O conteúdo da propaganda fascista é psicológico e pouco consciente. Assim como o hipnotizador, o líder fascista resgata as heranças arcaicas dos sujeitos, se coloca como uma personalidade potente e perigosa enquanto força o sujeito a se adequar em uma formação passiva-masquista. O pai da horda-primitiva é temido, domina por violência ilimitada, tem sede por submissão, “dominando o Eu em lugar do ideal de Eu” (p. 164). Inclusive, ao reavivar essa irracionalidade o líder se encontra em outro plano, pois seus motivos são racionais, lógicos e com propósitos muito claros.

Assim como Freud, Adorno (2015) defende que a identificação é fundamental para explicar a aderência da massa à propaganda fascista, mesmo que diversos outros autores percebam que o líder fascista não guarda muitas semelhanças com a figura paterna. Essa inconsistência em si não é relevante, pois até mesmo no complexo de Édipo, quando a criança se identifica com o pai, esse fenômeno é secundário, pois diz respeito a algo mais arcaico e primitivo. Adorno resgata o papel da idealização presente na identificação ao lembrar que na teoria freudiana da identificação ocorre um grande investimento libidinal no objeto e tem como propósito encontrar nesse objeto amado o ideal do Eu não alcançado; e o líder tenta ocupar esse lugar de idealização do sujeito como sendo aquele que irá satisfazer as demandas emergentes desse Eu. E nesse funcionamento, ao fazer do líder seu ideal, o Eu ama a si mesmo e concomitantemente se livra de suas frustrações. Evidentemente, esse processo ocorre também no coletivo, facilitando o líder a adquirir seu poder e onipotência da própria massa.



Desde Freud, sabe-se que para a realização da idealização, o líder precisa ser em certa medida ambíguo. Ou seja, ele precisa ter características medianas a fim de se aproximar mais da massa, mas ao mesmo tempo apropriar-se da posição de super-homem, com poder e autoridade. Essa ambivalência, destaca Adorno, satisfaz o duplo desejo do seguidor: em se submeter a autoridade e ser ele mesmo o soberano. Por meio dessa ambivalência afetiva, o sujeito se coloca como opressor ao reconhecer que o líder ocupa papel insignificante e concomitantemente se apresenta como dócil e submisso ao mandante. Essa ambiguidade facilita perceber empiricamente como que a mesma massa que se assujeita é a mesma que pode dispensar a figura do líder.

Adorno, na mesma esteira freudiana, compreende que há uma ligação afetiva entre os membros do grupo e somente perseguição e ódio para aqueles que são tidos como diferentes. Em relação ao primeiro caso, os líderes fascistas utilizam dessa hipótese de identificação entre semelhantes para minimizar as diferenças, promover um falso igualitarismo e o sentimento de superioridade em relação a quem está de fora. E no que se refere a hostilidade para com os estrangeiros, resta a intolerância, exacerbação do amor-próprio, discriminação, destruição e morte. Adorno ouve de Freud que até mesmo a religião do amor é dura para com os diferentes e tolerante para com os pertencem a massa, e o fascismo não seria exceção. Freud até defende, mesmo que brevemente, a concepção de que os laços religiosos pudessem diminuir a violência, apesar disso, Adorno contesta que até em seus dias havia uma divisão clara entre os crentes e incrédulos.

Críticas a análise de Le Bon e de Freud

Nenhuma teoria é isenta de crítica. Logo, há pelo menos duas correntes possíveis de discordância à análise de Le Bon e Freud em relação à massa. A primeira diz respeito à visão conservadora em relação à massa. A segunda se concentra no reducionismo da análise, ignorando a complexidade social, econômica e política.

Em relação à primeira crítica, Le Bon claramente foi favorável a uma massa conservadora. Em *Psicologia das multidões* (1895/2018), ele constatou que em sua época o pensamento humano estava em transformação, portanto, buscou apreender esse fenômeno através da massa. Para ele, as modificações das ideias têm



capacidade de promover mudanças na civilização e nesse período de transição entre pensamentos antigos e as novas ideias é instaurado o caos e a anarquia. Nesse imbróglio, a massa obtém um protagonismo relevante e tem poderes para ditarem as mudanças necessárias. Segundo Le Bon, a multidão formada por classes populares e com suas reivindicações tentam destruir a sociedade e conduzi-la a um comunismo mais primitivo, com distribuições iguais de direitos.

Le Bon não demonstra otimismo em relação ao coletivo. Ele parte do pressuposto de que o coletivo de indivíduos é pouco apto ao raciocínio e muito mais compatível com a ação. A multidão teria a função de ser destruidora da civilização, pois o responsável pelo governo dos indivíduos deveria ser um pequeno grupo de aristocratas e não multidões bárbaras e inconscientes. Enquanto na multidão impera os instintos, a civilização existe decorrente da passagem para o racional. Em suma, para Le Bon, o poder da multidão é unicamente destrutivo e sem capacidade de governo racional.

Freud, em *Psicologia das massas e análise do eu*, diz que para Le Bon, o sujeito participante da massa se torna um típico bárbaro, pois desce vários degraus da civilização moderna. O sujeito se torna regido completamente pelos instintos e vê sua capacidade intelectual diminuída. A massa é apontada como impulsiva, volúvel, excitável, guiada exclusivamente pelo inconsciente e facilmente influenciável, responsável em tornar os sujeitos crédulos, influenciáveis, acríticos, sem a percepção da realidade. “Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza” (p. 26). Assim como na interpretação dos sonhos, há uma única regra, não considerar a dúvida e a incerteza.

Para Robert Nye (1975), o erro de Le Bon não está na sua principal contribuição: a predominância do inconsciente das multidões sobre as atividades conscientes dos indivíduos. O problema é apreender a massa como produto dessa visão conservadora da massa, tratando a multidão a partir de uma mera desorganização social. Essa perspectiva conservadora da massa é derivada de um preconceito histórico. Para alguns psicólogos coletivos, incluindo Le Bon, a revolução francesa era lida como movimento de desorganização social e temiam a anarquia total. Nessa perspectiva, a revolução francesa procurou destruir os corpos tão valorizados por Montesquieu no



início do século XVII, e esses pensadores do século XIX tentaram contribuir para a reestruturação da ordem social se baseando em teorias sociais orgânicas. Para Daniel Bell, essa visão considera que antes a sociedade era unida e que a vida moderna a destruiu.

Em suma, esses psicólogos coletivos falavam de uma desagregação moral e social da vida moderna. Os escritos de psicólogos coletivos de 1892-1914, mesmo que motivados a serem análises novas, eram verdadeiros conservadores com horror a uma sociedade urbana democrática. Nem mesmo as próprias instituições democráticas foram imunes à análise condenatória da psicologia coletiva (Nye, 1975).

Agora, de acordo com a segunda crítica supracitada, para Adorno (2015), a psicologia de grupo do fascismo era peculiar e as pesquisas de Freud e Le Bon não fez uma análise detida dessa diferenciação. Le Bon em seus trabalhos se preocupou com multidões não organizadas, espontâneas e efêmeras. Para Adorno, somente uma teoria explícita da sociedade extrapolando a psicologia poderia responder às questões sobre a massa fascista.

A manipulação do inconsciente da massa pelo líder fascista para dominação é racional e muito calculada, todavia não basta compreender apenas os mecanismos psicológicos envolvidos. Obviamente há outras lentes possíveis para análise do mesmo fenômeno, mas parecem ter sido ignoradas por Le Bon e Freud. De acordo com Adorno, o fascismo tem interesses econômicos e políticos muito claros e não são as disposições psicológicas que causam o fascismo. O fascismo define áreas psicológicas para explorar e promover seus interesses não só psicológicos, assim, o líder se apropria de meios psicológicos para atingir interesses políticos e econômicos. Nas palavras do filósofo: “Longe de ser a fonte do fascismo, psicologia se tornou um elemento entre outros no interior de um sistema superposto cuja totalidade é demandada contra o potencial de resistência das massas — a própria racionalidade das massas” (p. 186).

Um autor importante nessa crítica é Lukács (2009). Em *A psicologia das massas em Freud* há um opúsculo comentando a teoria freudiana das massas. O filósofo defende que Freud avançou em relação ao tema, mas não considerou a totalidade do fenômeno social, pois a psicologia, ao isolar o sujeito, ignora as determinações de



uma sociedade capitalista. Conforme Adorno (2015) bem observou, de fato Freud não tinha claras pretensões políticas; para Lukács essa limitação apenas em diferenças formais e a predominância da teoria psíquica fez com que fossem desprezadas a situação de classe, as condições econômicas, sociais e políticas.

Como já discutido, de fato uma teoria burguesa da massa tem uma visão reacionária, diminuindo seu valor e sua intelectualidade, tentando demonstrar instabilidade e falta de independência. Lukács até reconhece que Freud tentou evitar essa leitura superficial de difamação da massa e percebeu o quanto essa visão era um impeditivo para os avanços das pesquisas científicas. No entanto, Freud, ao buscar evitar a subestimação da massa, falhou ao superestimar o líder, o que não deixa de ser também uma limitação epistemológica. Freud explica todos os fenômenos da multidão apenas com a sua teoria geral da sexualidade, e descreve toda a relação entre massa e líder a partir desse fato primário. Já Lukács defende justamente que o capitalismo não pode ser visto apenas a partir desse fato primário, pois não descreve por inteiro as reais razões da vida emocional.

Outro apontamento de Lukács (2009) é a hipótese freudiana da horda primária. A seu ver, defender tais conjecturas seria ignorar a pesquisa etnológica moderna. Além disso, outro equívoco freudiano seria em relação à psicologia dos exércitos. Freud trataria todas as massas dos exércitos como sendo iguais e sem qualquer diferenciação e o amor seria o enlace presente em todas essas configurações militares. Sabemos que Freud não se propunha fazer um tratado sobre a massa militar ou da igreja, pois como ele salientou por diversas vezes, isso seria fugir do seu propósito de trabalho. De fato, a teoria libidinal tem grande relevância para Freud, mas acusá-lo de reducionismo talvez não seja completamente correto.

Além disso, seria injusto considerar Freud parte dos teóricos conservadores. Ele destacou aspectos positivos da massa no capítulo três da *Psicologia das massas e análise do Eu*, como a massa sendo capaz de realizações intelectuais extraordinárias e com valores mais elevados que os indivíduos. Contudo, ele não critica com clareza a percepção de Le Bon como a massa sendo desindividualizada, irracional, influenciada, disposta a ação violenta e de natureza regressiva. Não obstante, para Adorno, Freud se distingue de outros que também analisaram a massa, pois ele não



a despreza. Freud realmente não trata a massa como inferior ou com conceitos já prontos; ele questiona o que move a massa ser massa, rejeitando hipóteses fáceis como a do instinto social ou gregário de Trotter e outros que defendiam essas leituras mais superficiais.

De modo geral, assim como Adorno, a principal contribuição de Lukács é seu alerta para um método burguês que simplifica a história dos sujeitos fazendo abstrações teóricas que desconsideram o contexto social, econômico e político. Sem esse cuidado, facilmente forma um círculo vicioso em que se levanta apenas falsos problemas de caráter classista empobrecendo o real contexto contemporâneo.

A massa evangélica no contexto neoliberal

Partindo de uma das críticas de Adorno realizado a Freud e Le Bon em que ambos não fizeram uma discriminação das diversas formações de massa e na impossibilidade deste breve artigo de tratar toda a pluralidade da massa evangélica — seria necessário um tratado somente com esse propósito de abordar todas as configurações de agrupamento evangélico existente no Brasil — é crucial marcar que será o movimento pentecostal e neopentecostal e suas particularidades.

No Brasil, até meados da década de 1970, havia igrejas ligadas à reforma protestante (Luterana, Presbiteriana, Anglicana, Metodista, Batista etc.), as pentecostais da primeira onda (Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil) e as instituições caracterizadas como segunda onda (Brasil para Cristo, Deus é Amor etc.). Após os anos 1970, há uma proliferação da terceira onda pentecostal, movimento neopentecostal com diversas outras igrejas, entre elas as mais conhecidas, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo (Spyer, 2020; Cortês, 2017). Mais recentemente, de acordo com a pesquisa Datafolha publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* (2020), foi constatado que os evangélicos ocupam um terço da população brasileira e, nos últimos anos, o movimento neopentecostal em particular tem assumido grande representatividade no Estado Brasileiro, o que nos leva a questionamentos sociais, políticos e inclusive no campo da saúde.



Obviamente, essa expansão da massa evangélica poderia ser explicada por diversas maneiras, mas para não repetir os erros de outros psicólogos coletivos, a escolha será uma análise psíquica e sociopolítica. Foi exatamente no mesmo período de crescimento dos números de evangélicos que a nova economia neoliberal começa a dar seus primeiros sinais, isto é, nos anos 1980. E é nos anos 1990, com Fernando Henrique Cardoso, que o projeto neoliberal passa a ganhar ainda mais consistência (Silva Junior, 2020; Chauí, 2017).

Assim sendo, para entender esse fenômeno social, é inescusável compreender como essa economia neoliberal se estrutura e sua importância na confecção das massas evangélicas. Dado que a hipótese a ser assumida é que o neoliberalismo permeia entre a massa evangélica produzindo sua moralidade e novos modelos de massa, e conseqüentemente, novas subjetividades. Conforme destacou Lukács, o erro dos que analisaram a massa foi não considerar a influência externa e dar ênfase apenas aos processos psíquicos internos.

Um conceito importante é “economia moral”, pois tal teoria permitirá extrapolar qualquer pensamento de que a economia é isenta e sem pretextos políticos. Fassin (2019) revisita esse conceito criado pelo historiador Edward P. Thompson há mais de 40 anos. Ancorado nessa teoria, Fassin (2019) defende que a economia moral tem dois níveis distintos de análise: a primeira diz respeito “a um sistema de comércio de bens e serviços” (p. 32). Num segundo nível, a economia moral “é também um sistema de normas e obrigações” (p. 33), ou seja, para além de regras econômicas, envolve princípios de vida boa. Logo, essa hipótese é potente porque propõe que a economia é por definição, moral.

Essa noção de economia moral permite compreender como as transformações econômicas violam a visão de equidade e justiça por parte dos trabalhadores. Para além de EP Thompson, JC Scott dirá que não são apenas normas e obrigações, envolvendo também valores e afetos. A economia moral abarca um conjunto de expectativas e preferências entre o trabalhador e o empregador, por exemplo, a subordinação pode se pautar na esperança de ser tratado com respeito e reconhecimento social (Scott, 1976 apud Fassin, 2019). De acordo com Fassin, a historiadora L. Daston propôs algo diferente de Thompson e JC Scott; para ela, o



conceito de economia moral não está relacionado diretamente a análises de mercado, mas a uma rede de valores e afetos, e assim, expandiu a aplicabilidade do conceito para além dos seus antecessores. No entanto, em suas análises, ela acaba por perder uma centralidade importante, a dimensão política. Fassin (2019), na tentativa de conciliar essas divergências e parafraseando uma descrição de economia política desenvolveu uma definição própria para economia moral: “considerada como a produção, distribuição, circulação e uso de sentimentos morais, emoções e valores, normas e obrigações no espaço social” (p. 42). A partir dessa definição, torna-se evidente o quanto a moralidade é intensificada, atribuindo um novo patamar à compreensão do que se entende por economia.

A partir de Fassin e seu resgate da tradição que tratou o tema economia moral, facilmente se ratifica como o aspecto moral tem lugar especial no espaço público e a indispensabilidade teórica em fazer uma análise histórica e social crítica do grupo no qual se pretende dedicar.

Nessa mesma esteira, por filiação teórica, Dardot e Laval poderão dar mais luz a essa análise do neoliberalismo. A partir dos autores, podemos apreender as propostas desse projeto neoliberal. Segundo *A nova razão do mundo* (2016), o neoliberalismo, para além de uma ideologia ou política econômica, pode ser definido mais precisamente como um sistema normativo de influência mundial capaz de produzir certos tipos de relações sociais e subjetividades. Essas normas sociais implicam numa racionalidade que modela os sujeitos dentro de uma lógica individualizante e de concorrência brutal, nos moldes de um padrão empresarial. Em suas palavras: “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (p. 17). Corroborando com tal afirmação, temos a famosa declaração da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher: “A economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito” (Harvey, 2013, p. 32).

Sabe-se que há um projeto performativo no neoliberalismo, um poder que visa controlar o quadro discursivo, jurídico e moral (Silva Júnior, 2021). Brown (2019) afirma essa tese ao constatar que a jurisprudência dos Estados Unidos estava sob um



discurso conservador e em nome de uma liberdade religiosa os direitos coletivos estavam comprometidos. Todavia, a questão a ser respondida é como se estruturam essas normas e como esses sujeitos pertencente a uma massa evangélica aderem a essa racionalidade?

Foucault, preocupado com os modos de subjetivação, oferece meios para entender a gênese desse discurso e como ele se estrutura. Para o filósofo, os líderes religiosos ocupam um papel de poder que permite exercer coerção sobre os sujeitos, a fim de moldarem os membros de acordo com a ideologia da classe dominante (Foucault, 1996, 2018a). Para ele, desde as confissões realizadas nos primeiros séculos, a igreja cristã era marcada por submissões e cumpria a função de orientar os membros a desviarem da inclinação do pecado, buscar a salvação e consequentemente eliminar qualquer satisfação pessoal (Foucault, 2018b). Portanto, através dessa obediência e renúncia de si ocorreria o processo de subjetivação do cristianismo primitivo.

No entanto, as instituições evangélicas com base neoliberal, mesmo que ainda guardem ressonâncias com as igrejas antigas descritas por Foucault, dão um passo a mais. Dado que facilmente constatamos que para manter o número crescente de membros em suas instituições, não basta apenas um discurso moralizante com seu conjunto de disciplinas e normas socialmente partilhadas, é necessário um discurso alinhado com as pautas neoliberais — individualização e concorrência. Com isso, busca-se a exploração de ilusões para assujeitar os sujeitos com promessas de melhorias materiais, prosperidades econômicas e acolhimento (Dunker, Gonsalves, Estevão 2021; Marcon, 2017). Dito de outra maneira, na oferta de sentido de proteção contra o sofrimento, as instituições totalizam o destino dos desejos, impondo um único caminho de acesso à felicidade, hegemonizando o padrão de gozo e, por consequência, exclui a singularidade do sujeito, massifica e impossibilita-o de construir ações frente ao desamparo e o mal-estar estrutural.

Para além das forças psíquicas que unem o grupo, há fatores históricos e políticos a serem levados em consideração. Pelo menos dois motivos que permitiram esse crescimento de instituições evangélicas e sua representatividade na esfera pública são: as brechas, ausências e falta que esse sistema econômico e político



produz, e a capacidade dessas instituições evangélicas em aderir ao modelo neoliberal como forma de garantir sua própria sustentação nesse novo jogo.

Em relação ao primeiro motivo, as consequências negativas desse sistema podem ser consideradas a primeira justificativa dessa expansão. A partir de Silva Junior (2020), percebe-se que o governo brasileiro atual com sua economia neoliberal não tem compromissos com algumas questões cruciais para a população, por exemplo, o desemprego não é mais um problema econômico a ser extirpado, uma vez que aprenderam a driblar tal objeção e consequentemente tirar proveitos, a saber, mais salários baixos, alta oferta de mão de obra e o fim do poder de negociação. Esse modelo econômico político enfraquece instituições e direitos (Dardot e Laval, 2016) afetando principalmente a classe trabalhadora, produzindo miséria, desigualdade social, desamparo de políticas públicas, violência do Estado, crises econômicas contínuas, precarização do trabalho, sujeitos deixados à própria sorte e a condição de sujeito político esmagada.

As instituições religiosas diante desse cenário precário atuam de maneira muito peculiar. Ao encontrarem um campo precarizado e sujeitos que estão marginalizados pela economia neoliberal, ganha força um discurso religioso apoiado em práticas assistencialistas para que os sujeitos evangélicos consigam aderir e pertencerem a engrenagem da economia vigente, gozando de suas prosperidades terrenas. Assim, diante da ausência de políticas públicas e da extinção de direitos básicos para a sobrevivência da espécie, a oferta religiosa de acolhimento, amparo e redenção se apresenta como a melhor saída para essa população desassistida, mesmo que sob um discurso contínuo de medo e ameaças. Portanto, a religião evangélica passa a ter seu protagonismo recuperado na medida em que oferece respostas a um sistema econômico neoliberal que deixa suas brechas (Dunker, Gonsalves, Estevão, 2021; Chauí, 2017).

Em relação a aderência da igreja ao neoliberalismo, as igrejas passam a concorrerem entre si e aquela que não se adaptar poderá perder seus membros. Essa lógica neoliberal faz com que impere a necessidade de produzir, lucrar e crescer a qualquer custo. Assim, com o acirramento do mercado religioso, a concorrência atinge sua máxima potência, levando as instituições religiosas a se adaptarem às novas



exigências impostas por essa racionalidade. Outro exemplo é a chamada teologia da prosperidade que privilegia em seu discurso a conquista de saúde financeira, sucesso material, ambição pelos lugares mais altos, triunfo profissional etc., mas mantém como horizonte um capitalismo avançado, mais líquido e sem regulamentação pública (Binkowski, Rosa & Baubert, 2020).

Além desses aspectos externos, o próprio líder funciona como intermediário entre a massa e o neoliberalismo. Como um amplificador, ele propaga conservadorismo, autoritarismo, submissão, aceitação ao status quo e culpabilização. Lembrando as construções freudianas, o pai da horda, com sua intolerância sexual, por exemplo, ditava a seus filhos a necessidade da abstinência enquanto o seu gozo sexual era livre. Um exemplo contemporâneo ocorreu em 2019, quando circulou pelas redes sociais uma exortação de Edir Macedo por ele obstar suas filhas a estudarem, pois, conforme o líder da Igreja Universal do Reino de Deus, elas, quando estivessem casadas, poderiam tomar a posição de autoridade do homem. Nas palavras do pastor: “Se a Cristiane fosse doutora e tivesse um grau de conhecimento elevado e encontrasse um rapaz que tivesse um grau de conhecimento baixo, ele não seria o cabeça. Ela seria a cabeça”. Mesmo que seja um caso caricaturesco, esses discursos de líderes midiáticos manifestam aquilo que está latente em grupos minoritários. Essa amostra da igreja evangélica neopentecostal evidencia o quanto o líder tenta ditar de forma autoritária limites para a massa e deleitar-se de liberdade (Santos, 2022).

Assim como a propaganda fascista, os líderes buscam mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivo da massa, para isso um dos artifícios é reproduzir a mentalidade existente, como no caso supracitado, promovendo a discriminação, preconceito e injustiça sem oportunizar qualquer tipo de mudança. E a repetição de discursos como esses é o suficiente para que se consolidem entre a massa evangélica.

Adorno (2015) trata do conteúdo da propaganda fascista como sendo sua formação psicológica, e os objetivos autoritários são alcançados somente através do despertar de uma herança arcaica do sujeito. O pastor do rebanho evangélico é a figura que reanima essa ideia de pai primitivo, onipotente e ameaçador. Ao ocupar o lugar de detentor do saber e possuidor dos caminhos certos para adentrar ao céu,



promulga atitudes passivas da massa. Esses pastores não se baseiam apenas na erudição, mas na identidade entre líder e liderado, pois além de ser conhecedor da teologia cristã, precisa ter carisma, um caráter oral que contagia, fazer uso racional do discurso, recorrer a imagens e sentimentalismo, realizar apelos padronizados e ao mesmo tempo particularizados. A agitação fascista, diria Adorno, se modernizou e ganhou outros contornos de acordo com a massa a que se dirige.

Ainda segundo Adorno (2015), a massa sob o regime fascista não acredita realmente que o judeu é maldito e nem confia cegamente no seu líder. Ele ainda avança ao afirmar que no limite a massa não se identifica efetivamente, mas encena e participa da encenação com o líder. Como num processo de hipnose, se o sujeito interrompe o momento alegando que tudo não passa de falsidade, o espetáculo é encerrado promovendo grande pânico. O líder da massa tem os artifícios necessários para ampliar a hipnose que era apenas entre dois sujeitos; essa coletivização de encantamento, no entanto, é parcial e a transferência precária, e a qualquer momento essa falsidade vem à tona e pode provocar o despertar da massa.

Referências

ADORNO, Theodor. 2015. *A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda. Ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp.

BINKOWSKI, Gabriel Inticher; ROSA, Miriam Debieux; BAUBET, Thierry. 2020. “A discursividade evangélica e alguns de seus efeitos: laço social, psicopatologia e impasses teóricos e transferenciais”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(2), p. 245-268.

BROWN, Wendy. 2019. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia.

CHAUI, Marilena. 2017. “Fundamentalismo religioso: medo e violência”. In: ITOKAZU, Erica Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana. (orgs.). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 209-248.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; GONSALVES, Rodrigo Luiz Cunha; ESTÊVÃO, Ivan Ramos. 2021. “Neopentecostalismo como gramática neoliberal de sofrimento”. *LavraPalavra*, (19), p. 1-19. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/02/19/neopentecostalismo-como-gramatica-neoliberal-de-sofrimento>. Acesso em: 9 dez. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.



FASSIN, Didier. 2019. "Economia Moral Revisada". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 18(53), p. 27-54.

FOUCAULT, Michel. 2018. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo, RJ/SP: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel. 2018b. *Malfazer, dizer verdadeiro*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. 1996. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France (1970)*. São Paulo: Edições Loyola.

FREUD, Sigmund. 2011 [1921]. "Psicologia das massas e análise do eu". In: FREUD, Sigmund, *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras.

HARVEY, David. 2013. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2013

LE BON, Gustave. 2018 [1895]. *Psicologia das multidões*. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes.

LUKÁCS, Georg. 2009. "A psicologia das massas em Freud". *Psicanálise & Barroco em revista*, 7(1), p. 219-224.

MARCON, Heloisa Helena. 2017. "Religião, ciência e capitalismo: sujeito massificado, objeto padrão e medida comum para o gozo". *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, (2), p. 527-542.

NYE, Robert. Alden. 1975. *The Origins of Crowd Psychology: Gustave Le Bon and the crisis of mass democracy in the Third Republic*. Londres: SAGE Publications.

SANTOS, Gabriel Santos. 2022. "Reflexões sobre a relação da saúde mental com as práticas evangélicas à brasileira". In: Binkowski, Gabriel Inticher, Abumanssur, Edin Sued, Silva, Eduardo. (orgs.), *Religião e Psicanálise — para além do futuro de uma ilusão*. São Paulo: Editora Recriar, p. 144-151.

SILVA JUNIOR, Nelson. 2021. "Políticas da verdade e suas transformações no neoliberalismo: o sujeito suposto saber em tempos algorítmicos". In: KAMERS, Michele; JORGE, Marco Antonio Coutinho; MARINI, Rosa Mariotto (orgs.), *Psicanálise, clínica e cultura*. Salvador: Ágalma Psicanálise, p. 97-113.

SILVA JUNIOR, Nelson. 2020. "O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do 'Pacto edípico, pacto social', de Hélio Pellegrino, ao 'E daí?', de Jair Bolsonaro". In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian Ingo Lenz (orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 255-282.



SPYER, Juliano. 2020. *Povo de Deus: Quem são os evangélicos*. São Paulo: Geração Editorial.